



EDUCAÇÃO: SUJEITOS OU ASSUJEITADOS?

Alex Lins Ferreira

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Educação Básica do Sistema Estadual de Educação de Pernambuco e Sistema Municipal de Educação do Recife - E-mail: aflins@hotmail.com

Resumo

O principal objetivo deste trabalho é responder duas questões, a saber: 1- Somos sujeitos livres ou assujeitados? 2- Qual o papel da educação, principalmente à escolar nesta reflexão? De imediato é salutar frisar que tais questões sempre foram objetos de grandes inquietações e polêmicas nos vários campos do conhecimento, mais ainda, nas ciências humanas. Para responder a tais questões, mesmo reconhecendo a sua complexidade e os nossos limites, tomaremos como referencial teórico alguns dos escritos de Louis Althusser que compreendemos serem basilares no tocante as questões apresentadas, sem com isso esquecermos outras contribuições relevantes. O pensamento pedagógico brasileiro é marcado profundamente por uma concepção de sujeito a partir da ideologia burguesa, que compreende este como ser livre, autônomo, autossuficiente, essência, centrado e sujeito da sua história. Herança da modernidade, mas não se limita a esta. Trazer Althusser para esta reflexão, não se limita apenas questionar tais crenças, mas sobretudo, problematizar algumas categorias, como educação, sujeito, ideologia, reprodução, história, que na maioria das vezes o debate atual as tornou tão óbvias que a sensação é que está tudo encerrado e determinado.

Palavras-chaves: Educação, Sujeito, Subjetividade, Assujeitamento, Ideologias.



INTRODUÇÃO

Nascido em Argel, no ano de 1918, ainda colônia francesa, Althusser radica-se em Paris, onde viveu até sua morte, em 1990. Lutou na II Guerra Mundial, foi prisioneiro na Alemanha, militou no Partido Comunista Francês e esteve academicamente ligado à Escola Normal Superior.

O pensador Argelino Louis Althusser é, autor de variados escritos entre eles: A Favor de Marx, Ler o Capital, Freud e Lacan, todos de 1965; Aparelhos Ideológicos de Estado, de 1970; Resposta a John Lewis, de 1972; Marx e Freud, 1976; Sobre a Reprodução, obra póstuma, de 1996; entre outros, representou e representa um referencial teórico e prático para qualquer pesquisa cujos os fundamentos não se limitem a uma visão humanista de sujeito. Entende-se aqui por humanismo qualquer atribuição feita ao homem como sujeito da sua história centrada em um eu transcendente.

A concepção do pensador argelino de sujeito, subjetividade, educação, ideologias, assujeitamento presentes nos seus escritos, possibilita-nos fazer uma análise mais completa, complexa e acurada sobre Estado, sociedade, modo de produção, relação de produção, reprodução, luta de classes, sem com isso, está atrelado a ideologia burguesa dominante.

Este trabalho se justifica pelo fato de ainda estarmos imersos na maioria das vezes, em uma concepção de sujeito e educação que apenas enclausura a existência e o fazer dos sujeitos a uma temporalidade histórica, com início, meio e fim. Que por si só esvazia a existência dos sujeitos como movimentos atravessados por ideologias.

É dentro desse universo que iremos situar o pensamento althusseriano e suas contribuições para uma melhor compreensão sobre a problemática que envolve o debate acerca do sujeito, da educação, da subjetividade e o papel das ideologias no tocante a uma possível formação dos sujeitos ora livres, ora assujeitados..

Frisamos ainda que não é a nossa pretensão esgotar o assunto, e nem tampouco encerrar a problemática que envolve à educação e a formação dos sujeitos, até mesmo



porque seria fazer do pensamento althusseriano o mesmo que o humanismo burguês fez com o sujeito moderno, ou seja, acorrentá-lo, aprisioná-lo no tempo histórico.

A educação na formação dos sujeitos

Inicialmente quando falamos em educação na formação dos sujeitos, de imediato nos reportamos consciente ou inconscientemente a várias dimensões e aspectos que dão a esta a primazia de formar sujeitos conscientes, livres, autônomos, questionadores e transformadores das variadas realidades que os cercam, através das suas práticas sociais e políticas, experiências e prontidões.

É recorrente encontrarmos também expressões como: A educação liberta, educação e emancipação fazem parte de uma mesma moeda, a educação é um caminho para sair da ignorância, educação apresentada como condição *sene qua non* para o exercício da cidadania, e outros ainda acreditam que a educação é a passagem linear, passo a passo, propedêutica do senso comum à consciência filosófica (SAVIANI, 1980), ou mesmo, a passagem de uma consciência puramente natural para uma consciência reflexiva, de uma consciência em si para uma consciência para si, de uma consciência dogmática para uma consciência crítica (SEVERINO, 1986).

Vale ressaltar que todas essas afirmações estão estritamente ligadas à educação escolar. Haja vista, que quase sempre esta assumiu e assume um papel privilegiado dentro de um cenário de uma educação republicana.

Tentaremos neste pouco espaço que temos, trazer para o páreo dessa reflexão alguns dos intelectuais renomados dentro do pensamento pedagógico brasileiro, que a sombra da ideologia burguesa e na sua conveniência ainda acreditam na fantasiosa ideia de que a educação escolar nas sociedades de formação capitalistas assumem aspectos privilegiados na formação do que eles chamam sujeitos críticos, autônomos, conscientes e senhores da sua história.

Começemos uma citação de Libânio.



A pedagogia dos conteúdos de sentido crítico-social afirma que a emancipação das camadas populares requer o domínio dos conhecimentos escolares como requisito essencial para a compreensão da prática social, vale dizer, do movimento de desenvolvimento históricos do povo. Acredita, também, que o trabalho da escola não é substituído pela prática política fora dela, antes, a prática escolar é uma prática política, enquanto instância transformadora das consciências (LIBÂNIO, 2014, p.77).

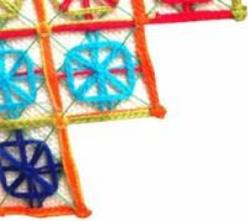
Não temos nenhuma dúvida que a instituição escolar e a educação lá transmitida, construída, ressignificada seja um dos espaços para a construção de conhecimentos articulados necessariamente às práticas sociais e políticas, as experiências e lutas, e dos conflitos múltiplos de identidade de uma determinada classe social.

Entretanto, assumir que tal instituição dentro do sistema capitalista se apresenta como um espaço privilegiado para a classe trabalhadora se apropriar e incorporar a cultura construída historicamente para, e através dela revolucionar as relações de produção, exploração, espoliação e opressão, é sugerir e aceitar que fora dos “muros” da escola não existe “salvação”.

Ainda faz-se necessário frisar que ao invés de assumirmos uma posição em atribuir a instituição escolar e a educação lá transmitida, e conseqüentemente assimilada como condição fundamental para um processo de práticas emancipatórias, façamos ao contrário, comecemos reconhecendo que são as práticas sociais e políticas, as experiências concretas, bem como as organizações políticas da classe trabalhadora, a partir de uma ideologia na qual se reconhece, é que dará sentido e significado a uma teoria, ou teorias que tenham como objetivo o fim da exploração e da opressão contra as classes marginalizadas pelo poder econômico capitalista, vale ressaltar que tais ideias na maioria das vezes não se encontram e nem tampouco se realizam dentro da educação escolar.

Dentro desse universo de creditar à educação escolar um espaço privilegiado de transformação, está também Saviani, quando afirma:

Ora, na sociedade atual pode-se perceber que já não é possível compreender a educação sem a escola porque a escola é a forma dominante e principal de educação [...]. A escola é, pois, compreendida a partir do desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida,



torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes, a uma sociedade socialista (SAVIANI, 2000, p.119-120).

E mais:

Elaboração do saber não é sinônimo de produção do saber. A produção do saber é social, se dá no interior das relações sociais. A elaboração do saber implica em expressar de forma elaborada o saber que surge da prática social. Essa expressão elaborada supõe o domínio dos instrumentos de elaboração e sistematização. Daí a importância da escola: se a escola não permite o acesso a esses instrumentos, os trabalhadores ficam bloqueados e impedidos de ascenderem ao nível da elaboração do saber, embora continuem, pela sua atividade prática real a contribuir para a produção do saber (Idem, 2000, p.91).

Como podemos observar o autor de *Escola e democracia*, não só atribui à escola um poder de superação das marginalidades sociais, políticas e econômicas, mas a cimenta como um espaço quase que natural para pôr fim todas as formas de desigualdades.

Ainda dentro desse contexto de uma educação escolar formadora de um sujeito crítico, autônomo, consciente e transformador, Saviani ainda frisa:

[...] elevar a prática educativa desenvolvida pelos educadores brasileiros do nível do senso comum ao nível da consciência filosófica(...) Passar do senso comum a consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada (SAVIANI, 2009, p.2).

O que está posto tanto por Dermeval Saviani, Antônio Joaquim Severino e Carlos Libânio, é uma crença exacerbada do papel da escola na formação dos sujeitos, compreendidos estes como sujeitos da história, que só se justifica a partir dos resquícios, mesmo que inconscientes da ideologia burguesa e suas formas, legitimando assim o conhecimento e o poder da classe detentora dos meios de produção.

Gadotti, em uma das suas citações vai de certa maneira nos chamar a atenção quando diz: “Esperar que a burguesia realize uma concepção popular de educação (uma verdadeira “escola para todos”) é cairmos na ilusão da ideologia liberal, como já nos



advertia Marx, no século passado, em crítica o Programa de Gotta” (GADOTTI, 1987, p.107).

Semelhante a este pensamento, Rodrigues afirma: “Não temos a ilusão de que através da escola, reformaremos a sociedade ou faremos uma revolução social. Estamos apenas, conscientes de que na escola, poderemos dar exemplos que incorporados à conquista social, talvez se transformem em meta para toda sociedade” (RODRIGUES,1996, p.95).

Também compartilhamos da ideia de que a educação escolar é uma das vias possíveis para uma possível transformação da sociedade. Arrancando e conquistando estratégias e meios para uma revolução da classe trabalhadora, entretanto, atribuí-la uma natureza privilegiada é desconhecer ou mesmo desconsiderar práticas de organizações políticas e sociais desta mesma classe que tem demonstrado cada vez mais o seu poder, vontade, potencial de resistência contra qualquer prática de exploração, espoliação, opressão, repressão, mesmo diante de uma educação escolar que a cada dia se afunda em práticas que na maioria das vezes só ratificam a reprodução da ideologia dominante.

É dentro deste contexto, e ao mesmo tempo fora dele, que Althusser nos provoca a repensar, reconstruir, ressignificar, romper, tensionar, conflitar, contrariar esta concepção de educação escolar que está oculta, subtendida, velada em discursos que pouquíssimo têm contribuído para um processo de educação fundamentado nas práticas sociais e políticas das classes marginalizadas e sua emancipação.

Vale ressaltar que Althusser mesmo sendo interpretado por alguns intelectuais como sendo um pensador que pouco ou nada contribui de maneira efetiva e significativa para a emancipação da classe trabalhadora via escola, que é um equívoco, indica no seu escrito, Aparelhos Ideológicos de Estado, que a luta, as tensões e os conflitos lá existem, e mais ainda, que os aparelhos ideológicos de Estado não são apenas meios, mas também lugar de luta de classes.

Uma das grandes contribuições, e até mesmo provocação de Althusser, foi sugerir que repensemos a nossa ideia de atribuir à escola e à educação lá transmitida, como instrumentos privilegiados na formação e construção de sujeitos e subjetividades



mentoras de um processo de libertação, que segundo ele, não lhe cabe. É importante frisar que não existe no pensamento althusseriano um mito fundador.

Sujeito da história ou na história? Problematizando a concepção de sujeito em Althusser

A concepção de sujeito moderno, paulatinamente vai ser desconstruída. Alguns pensadores vão se destacar neste campo, como: Marx, com sua tese de que “os homens fazem à sua história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”. Freud, com a descoberta do inconsciente, afirmando que as “nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente [...]”. Lacan, quando crítica a tese do indivíduo único, e frisa que “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre a sua unidade”.

Dentro desta linha de pensamento, também é importante o trabalho de Saussure sobre a linguística estrutural, quando menciona que “nós não somos, em nenhum sentido, os “autores” das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua [...]”.

Poderíamos citar muitos outros pensadores que contribuíram para a desconstrução, descentralização, deslocamento dessa concepção de sujeito moderno, a exemplo de Foucault, Laclau e tantos outros, mas tal reflexão é um assunto para pesquisas posteriores.

Dentro desta corrente de pensadores que criticam a concepção de educação, sujeito, subjetividade, história, defendidas de modo consciente ou inconscientemente por Saviani, Libânio, Gadotti, Severino, etc., encontra-se Louis Althusser. Ele vai se contrapor a esta noção de sujeito racional, único fixo e estável, centrado, quando diz.

A coisa é bastante clara quando se enfrenta o idealismo clássico, no qual, sob as espécies francamente reconhecidas da liberdade, é o



homem (= o Gênero Humano = a Humanidade) que é o Sujeito e o fim da história. Cf. O Aufklärung, assim como Kant, o filósofo mais “puro” da ideologia burguesa. A coisa é também clara quando se enfrenta a antropologia comunitária pequeno-burguesa filosófica de Feuerbach (ainda respeitada por Marx nos manuscritos de 1844), na qual a essência do homem é a origem, a causa e o fim da história. (ALTHUSSER, 1978, p. 69).

Este pensamento de Althusser pode ser entendido como uma das suas principais críticas a concepção de sujeito moderno que alguns pensadores ainda insistem em afirmar nas suas divagações ou especulações filosóficas. Contraria também, qualquer perspectiva e expectativa em relação a um sujeito imbuído de um poder transformador. Como Marx, Althusser também compartilhava da ideia de que,

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1978, p. 17).

É situado neste contexto que Althusser vai afirmar a inexistência de um sujeito da história, quando enfatiza.

Que os indivíduos humanos, ou seja, sociais, são ativos na história como agentes das diferentes práticas sociais do processo histórico de produção e de reprodução é um fato. Mas considerados como agentes, os indivíduos, humanos não são sujeitos “livres” e “constituintes” no sentido filosófico desses termos. Eles atuam em e sob as determinações das formas de existência histórica das relações sociais de produção e reprodução (processo de trabalho, divisão e organização do trabalho, processo de produção e reprodução, luta de classes, etc.[...] Os indivíduos-agentes, portanto agem sempre na forma de sujeito, enquanto sujeitos. Mas o fato de que sejam necessariamente sujeitos não faz dos agentes das práticas sociais-históricas nem os sujeitos(s) da história (no sentido filosófico do termo sujeito de). Os agentes-sujeitos só são ativos na história sob a determinação das relações de produção e de reprodução, e em suas formas (ALTHUSSER, 1978, p. 67).

A partir desta citação podemos perceber que Althusser está se distanciando definitivamente com a concepção de sujeito moderno apregoada pelo iluminismo no século XVIII, como também por Descartes (1596-1650); Locke (1632-1704); Rousseau



(1712-1778); Kant (1724-1804); e tantos outros. Estes de maneira geral viam no sujeito um ser autônomo, autossuficiente, livre, autodeterminado, moral, natural, senhor da sua história, consciente.

Cabe ressaltar aqui, que a filosofia burguesa ao dá status ao indivíduo de sujeito da história, e sob o slogan de que os homens são livres, está o responsabilizando pelo seu sucesso ou fracasso, e assim negar a luta de classes antagônicas existentes no seio da sociedade capitalista. Em outras palavras, está se eximindo de qualquer forma de dominação e de exploração nas relações de produção e reprodução no interior da formação social capitalista.

Neste contexto, quanto mais os sujeitos se identificam como livres, autônomos, sujeitos da sua história, mas se tornam elementos de massificação da classe detentora do capital econômico, intelectual, cultural. Mas esse jogo sobre a liberdade na qual prega a classe dominante, tem uma outra face. Como enfatiza Bolognesi:

Mas ao servir-se desse jogo de palavras sobre liberdade, a própria burguesia também a ele se submete, pois vive a sua dominação de classe e a liberdade dos seus explorados como a sua própria liberdade, aceitando como real e justificada sua relação vivida com o mundo — a qual, mais ainda, lhe permite constituir-se em classe dominante. Ou seja, a ideologia é ativa sobre a própria classe dominante e contribui para modelá-la, para modificar suas atitudes e para adaptá-la às suas condições reais de existência, a exemplo da liberdade jurídica (BOLOGNESI, 2013, p. 31).

A crítica de Althusser de que o marxismo deve romper com a categoria idealista do “sujeito” como origem, essência, causa e centrado no eu, é um convite que nos permite pensar e repensar em formas alternativas de conceber o sujeito. Pensar nessas novas concepções de sujeito, é um desafio incessante para a filosofia e outras formas de conhecimento.

O autor segue a sua crítica a concepção de sujeito burguês.

A posição do materialismo dialético me parece clara. Não se pode compreender (begreifen: conceber), ou seja, pensar a história real (processo de reprodução e de revolução de formações sociais) como



capaz de ser reduzida a uma origem, uma essência ou uma causa (ainda que fosse o homem), que seria o seu sujeito — o sujeito, esse “ser” ou “essência” posto como identificável, ou seja, como existente sob a forma da unidade de uma interioridade, e (teórica e praticamente) responsável (a identidade, a interioridade e a responsabilidade são constitutivas, entre outras determinações, de todo sujeito), capaz portanto de prestar contas do conjunto dos “fenômenos” da história (ALTHUSSER, 1978, p. 69).

Althusser é um anti-humanista teórico, pois não acredita na concepção de um sujeito idealista, dotado de um eu transcendente, de uma essência única, fixa e estável. Com tal atitude o autor não nega as rupturas históricas, sociais, políticas e econômicas, e mesmo não acreditando nessa concepção de sujeito autônomo, senhor da sua história e do seu destino, ele atribui ao sujeito uma condição de agente social, e conseqüentemente de práticas sociais e políticas dentro desse produzir e reproduzir a existência material.

O autor conclui que:

A história é certamente um “processo sem sujeito nem fim(s)”, cujas circunstâncias dadas, nas quais “os homens” agem como sujeitos sob a determinação de relações sociais, são o produto da luta de classes. Portanto, a história não tem no sentido filosófico do termo, um sujeito, mas um motor: a luta de classes (ALTHUSSER, 1978, p. 70-71).

Insistimos em dizer que Althusser não nega a existência dos sujeitos na história, mas, este, só tem sentido se suas ações forem vistas dentro das condições materiais já existentes, são tais condições que legitimam toda e qualquer prática teórica e vice-versa. Não se trata de anular a relevância e a contribuição das ações dos sujeitos no percurso das rupturas históricas. Trata-se de desmistificar uma visão de sujeito idealista, pensante, consciente presente na filosofia analítica, na filosofia do “penso, logo sou”.

Educação, subjetividades e ideologias

No pensamento althusseriano as reflexões sobre as ideologias assumem um lugar de destaque. Para o pensador argelino independentemente da nossa vontade, consciente



ou inconsciente somos atravessados por ideologias. Daí ela se apresentar como um dos elementos indispensáveis para qualquer análise acerca do sujeito e tudo que o cerca.

A discussão que perpassa as obras de Althusser sobre as ideologias, principalmente no seu artigo intitulado “Aparelhos Ideológicos de Estado”, nos provoca e convida a nos despirmos e concomitantemente, a nos assumirmos como “um animal ideológico”. Trata-se de ideias complexas em que o presente trabalho, pela sua limitação não daria conta. Entretanto, diante da sua relevância teórica e prática para a presente reflexão, iremos apenas trazer algumas ideias.

Uma das primeiras afirmações de Althusser, é que a ideologia não tem história (ALTHUSSER, 1985, p. 83), ou seja, não é possível enclausurar às ideologias, suas interpelações e seus reconhecimentos a uma temporalidade histórica.

A segunda afirmação ou tese é de que “a ideologia tem uma existência material [...] uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, 1985, p. 88-89). Althusser diferente de Marx, não vê as ideologias como uma visão falsa, negativa, pejorativa de mundo, mas, como ideias que se materializam a partir das relações de produção em um determinado modo de produção.

A terceira tese é de que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p.93). Não existem ideologias para além do sujeito, como se ela fosse uma pura abstração da realidade. Ela permeia e perpassa as relações políticas, sociais e econômicas, “toda ideologia tem por função (é o que a define) “constituir” indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p.93).

É nesta afirmação que podemos nos reportar a ideia de um sujeito ambíguo, ou seja, um sujeito que é livre, autônomo, consciente para escolher e agir livremente, mas, ao mesmo tempo, aquele que assume livremente as suas escolhas para aceitar livremente o seu assujeitamento.

Daí o papel das ideologias no tocante a formação dos sujeitos e das subjetividades. Não existe no pensamento althusseriano uma formação entendida como um passo a passo, linear, propedêutica. A constituição das subjetividades vai se dá a partir das interpelações ideológicas, onde cada sujeito pode ou não se reconhecer neste chamado, nesta recruta,



neste momento inesperado. Esta ideologia pode ser uma ideologia proletária-emancipadora ou uma ideologia dominante-opressora. Portanto independentemente da educação escolar, uma formação existe, e nela os sujeitos podem ou não assumir uma posição de sujeito ou de assujeitado.

Considerações finais

Chegamos ao final de um artigo, mas não em um ponto final da presente reflexão, reflexão esta que nos instiga e sugere outras reflexões. Como pudemos observar, Althusser vai se apresentar como um dos principais pensadores que ousou questionar às percepções de sujeito, subjetividade, história, educação postas pela modernidade, e que ainda hoje, estão enraizadas nos discursos de transformação da sociedade, ora ocultando a exploração, ora servindo de consolo para aqueles que acreditam serem eles próprios a solução para todos os tipos de marginalidades sociais, políticas, econômicas que os acomete.

Vale ressaltar, que o pensador em questão, ao trazer uma reflexão sobre as ideologias para o universo da educação, contribuiu e contribui para uma melhor compreensão no que tange a grande relação: Educação-sujeito-ideologias-emancipações.

Torna-se visível a crença althusseriana em um sujeito na sua história, sujeito que interpelado por uma ideologia pode contribuir significativamente, a partir das suas práticas, experiências de vida, luta de classes, e nas suas organizações sociais e políticas, fundamentadas na ideologia proletária, para mudanças e até mesmo, uma revolução que culminem na emancipação das classes oprimidas.

Cabe frisar, que para Althusser, as mudanças significativas de emancipações não acontecem prioritariamente na instituição escolar, pois, esta, encontra-se, na maioria das vezes, a serviço da ideologia burguesa e suas formas, mas, a compreende como espaços de lutas, tensionamentos e conflitos.

Portanto, a educação para a formação dos sujeitos não assujeitados não se limita à instituição escola, mas está presente nos vários modos de interpelação ideológica.



Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **“Resposta a John Lewis”**. In: _____. **Posições-1**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 13-71.

_____. **“Observação sobre uma categoria: processo sem sujeito nem fim(s)”**. In: **POSIÇÕES-1**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.66-71.

BOLOGNESI, R. **Escola e sociedade: análise do discurso althusseriano e de suas apropriações na área educacional brasileira**. 102 f. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro: Série Fundamentos**, São Paulo: Ática, 1987

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: 28 ed. Edições Loyola, 2014.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 5. ed. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RODRIGUES, Neidson. **Lições do príncipe e outras lições**. 17 ed. São Paulo: Cortêz, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2000.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, A. J. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPV, 1986.